

CONVIDADA



Magdalena Sepúlveda

Diretora Executiva da Global Initiative for Economic, Social and Cultural Rights*

Que os mais ricos paguem para fortalecer a resiliência das mulheres frente a desastres naturais

A desigualdade de género potencializa o impacto dos desastres, e os desastres potencializam a desigualdade de género. Os Estados devem instituir a tributação progressiva para financiar o acesso universal a uma saúde e a uma educação de qualidade, que fortaleça a resistência das mulheres frente às mudanças climáticas.

Elas chamaram-na de Aya. Esse foi o nome que as enfermeiras deram à bebé recém-nascida encontrada sob os escombros de um prédio de cinco andares em Jinderis, no norte da Síria, depois de tratá-la no hospital. Um milagre. Ao lado dela, os socorristas encontraram a sua mãe, morta. Ela havia dado à luz a criança nas horas após o terramoto de magnitude 7,8 que atingiu a Turquia e a Síria na noite de 6 de Fevereiro de 2023. Como ela, mais de 50.000 pessoas morreram em consequência do terramoto. Embora a história, tão trágica quanto esperançosa, tenha mobilizado a imprensa, é também um alerta de que, de acordo com as Nações Unidas, mais de 350.000 mulheres grávidas na região estão agora completamente sem acesso a cuidados de saúde. E este é apenas um aspecto da vulnerabilidade da mulher perante desastres naturais.

Inundações, secas, terremotos: nós não somos iguais quando se trata de desastres naturais, especialmente nos países em desenvolvimento. A história mostra que eles matam mulheres e meninas em maior número. Por exemplo, elas representaram 70% das 230.000 pessoas que desapareceram durante o tsunami no Oceano Índico em 2004. Por causa das barreiras de género, elas frequentemente têm menos recursos de sobrevivência: muitas vezes são apenas os rapazes que são ensinados a nadar ou a ler. Isto dificulta o seu acesso aos avisos precoces ou à identificação de abrigos seguros. Além disso, é mais difícil para as mulheres escaparem do perigo, já que elas são geralmente as responsáveis pelas crianças, pelos idosos e pelos doentes. Por fim, o estresse e o medo nos lares, combinados com a perda de renda devido aos desastres, frequentemente, levam a um aumento da violência doméstica contra mulheres e meninas. Isto é ainda mais claro quando populações inteiras são deslocadas, deixando-as sob o risco de



agressão e de exploração sexual.

As mulheres também são afectadas economicamente de modo desproporcional. O Banco Mundial mostrou, por exemplo, que nas áreas rurais, as mulheres agricultoras têm a sua renda mais afectada do que os homens. Por serem responsáveis pelas tarefas domésticas, elas são mais dependentes do que os homens no acesso aos recursos naturais e, portanto, sofrem mais com a sua escassez. Portanto, elas são as primeiras vítimas da insegurança alimentar: em 2020, estimava-se que 60% das pessoas que sofriam de fome eram mulheres e meninas, e a diferença só aumentou desde então. Muitas também não

Por causa das barreiras de género, elas frequentemente têm menos recursos de sobrevivência

têm acesso a contas bancárias, o que lhes permitiria proteger as suas economias (poupança não está errado, mas usa-se mais para investimento bancário)

Na sequência de um desastre, as expectativas sociais relacionadas ao género ainda são as mesmas. As mulheres têm de suportar a carga adicional do trabalho doméstico, o que, entre outras coisas, as impede de encontrar empregos geradores de renda. Em média, as mulheres já gastam 3,2 vezes mais tempo no trabalho doméstico do que os homens. A pandemia - outro desastre natural - também explicitou a distribuição desigual do cuidado não remunerado e do trabalho doméstico, e o quão subvalorizado e não reconhecido ele é. A sobrecarga de trabalho doméstico também restringe o acesso das mulheres à educação, o que é mais um obstáculo à sua entrada e ao seu avanço no mercado de trabalho e à sua participação política, com sérias consequências em termos de protecção social, renda e pensões.

A desigualdade de género potencializa o impacto dos desas-

tres naturais, e as consequências dos desastres naturais potencializam a desigualdade de género. Um círculo vicioso inaceitável. Com o mundo enfrentando um número crescente de tragédias relacionadas ao clima, os governos devem tomar medidas imediatas e de longo prazo para investir no acesso universal aos cuidados de saúde, água e saneamento, educação, protecção social e infraestrutura para a igualdade de género.

Mesmo em tempos de crise, quando os cofres do Estado estão quase vazios, existem maneiras equitativas de levantar receitas para financiar os investimentos necessários para reforçar a resiliência das mulheres: fazer com que aqueles que lucram com as crises que assolam o planeta, incluindo desastres naturais, paguem, como recomendado pela Comissão Independente sobre a Reforma Tributária Internacional das Empresas (ICRICT), da qual sou membro junto com, entre outros, Joseph Stiglitz, Jayati Ghosh e Thomas Piketty. Ao invés de implementar pro-

Na sequência de um desastre, as expectativas sociais relacionadas ao género ainda são as mesmas

gramas de austeridade com consequências devastadoras para os mais vulneráveis, os Estados podem obter mais recursos fazendo as multinacionais mais lucrativas e os ultra ricos pagarem a sua justa parte.

Isto começa com a introdução de impostos sobre os superlucros das multinacionais, como vários países na Europa e na América Latina já começaram a fazer. Os números são espantosos, como no caso dos gigantes farmacêuticos, que fizeram fortuna a vender vacinas Covid-19 que eles não poderiam ter desenvolvido sem subsídios públicos. Este também é o caso das multinacionais do sector energético ou alimentício: a Oxfam estima que os seus lucros aumentaram mais de duas vezes e meia (256%) em 2022, em comparação com a média de 2018-2021. Pelas mesmas razões, há uma necessidade urgente de tributar os mais ricos, que hoje quase não pagam impostos. É inadmissível que um homem como Elon Musk, uma das pessoas mais ricas da história, pague 3,3% de imposto, enquanto Aber Christine, uma vendedora de arroz em Uganda, pague 40%, como aponta Oxfam.

Uma tributação progressiva - que faça com que as pessoas mais ricas e as multinacionais paguem uma parcela justa - é uma das ferramentas mais poderosas para reduzir todos os tipos de desigualdade. Enquanto o mundo celebra o Dia Internacional da Mulher, vamos lembrar que é impossível construir sociedades mais resilientes sem lutar pela igualdade de género. Seguir a ignorar isso é uma escolha política e uma ameaça tão perigosa para o desenvolvimento quanto os próprios desastres naturais.

*e membro da Comissão Independente sobre a Reforma Tributária Internacional das Empresas (ICRICT). De 2008 a 2014 foi a relatora da ONU sobre Pobreza Extrema e Direitos Humanos